

Comissão aprova relatório final do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento aprovou no final da noite de ontem o relatório final do Orçamento da União para 2008, que traz um corte de R\$ 12,4 bilhões em custeio, pessoal e investimento para compensar a perda causada pelo fim da CPMF. Mais de 570 destaques de emendas ainda deverão ir a vota-

ção hoje, a partir das 10h30. Depois de aprovado na comissão, o projeto orçamentário terá de ser votado pelo Plenário do Congresso. Os deputados da comissão rejeitaram um requerimento do PSDB que procurava tirar do projeto do Orçamento o

Anexo de Metas e Prioridades.

Página 5



Relator José Pimentel (E) conversa com José Maranhão, presidente da CMO



Marisa Serrano (D) conversa com Lúcia Vânia no Plenário do Senado

Acordo entre governo e oposição: Marisa vai presidir a CPI mista

O PMDB abriu mão da presidência da CPI que deverá investigar o uso de cartões corporativos pelo governo federal, encerrando o impasse com a oposição. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, considerou o acordo uma vitória de Romero Jucá, "o grande articulador desse entendimento". Os líderes do PSDB, Arthur Virgílio, e do DEM, José Agripino, disseram que, por enquanto, a oposição não vai cobrar a criação de CPI no Senado. O PSDB indicou a senadora Marisa Serrano para presidir a comissão. **Página 3**

Planos de saúde poderão oferecer cobertura reduzida

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto de Lúcia Vânia que permite a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas. A proposta, que vai ao exame da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, visa oferecer alternativas menos onerosas para os consumidores, em decorrência da diminuição dos custos dos planos. **Página 8**

Artistas entregam proposta para setor teatral

Artistas e produtores teatrais entregaram aos presidentes da Comissão de Educação, Cristovam Buarque, e do Senado, Garibaldi

Alves, um anteprojeto que visa incentivar o setor. Os senadores prometeram rápido exame da proposta. **Página 2**



Garibaldi recebe de Marco Nanini sugestão de criar Secretaria Nacional do Teatro no âmbito do Ministério da Cultura

CPI das ONGs convoca Jorge Lorenzetti a depor

A CPI aprovou ontem a convocação do ex-diretor da ONG Unitrabalho, amigo e churrasqueiro do presidente Lula. A ONG, acusada de malversação de recursos públicos, teria recebido R\$ 18,5 milhões do governo federal. **Página 4**

Proposta que incentiva investimentos em produção de obras teatrais brasileiras é apresentada a senadores

Leopoldo Silva



No Plenário, Cristovam (E) apóia reivindicações de atores e produtores teatrais

Comissão recebe anteprojeto de lei para o setor teatral

Artistas e produtores teatrais entregaram ao presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Cristovam Buarque (PDT-DF), um anteprojeto de lei para o setor. O objetivo é criar a Secretaria Nacional do Teatro, no âmbito do Ministério da Cultura, e permitir que contribuintes deduzam do Imposto de Renda investimentos feitos na produção de obras teatrais brasileiras, em cotas comercializáveis no mercado de capitais, com autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A entrega solene foi feita pelo ator Marco Nanini, que ressaltou a grande adesão das categorias que compõem a classe teatral à iniciativa.

– Produtores do Rio e de São Paulo estão se unindo em função de procurar uma lei, e essa união é rara na nossa classe – disse.

Cristovam anunciou que, assim

que a matéria for lida em Plenário, será debatida na CE, onde sua tramitação não irá demorar mais que 15 dias. As atrizes Regina Duarte, Irene Ravache e Nicete Bruno também defenderam o anteprojeto. O ex-ministro da Cultura Luís Roberto Nascimento Silva enfatizou na reunião que a proposta não exige mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias, pois não cria cargos, despesas ou incentivos fiscais.

Após o encontro, os artistas visitaram o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, que garantiu que o anteprojeto terá tramitação rápida na Casa.

Da presidência, os atores e produtores foram ao Plenário, onde foram recepcionados pelos senadores. Rosalba Ciarlini (DEM-RN), integrante da subcomissão, disse ter certeza de que essa lei vai fortalecer o teatro.

TV Senado e Instituto João Goulart celebram convênio

Trinta anos após a morte do ex-presidente João Goulart (Jango), o jornalista Deraldo Goulart encontrou, numa penitenciária de alta segurança a 50 quilômetros de Porto Alegre, o ex-agente do serviço de inteligência uruguaio Mário Neira Barreiro, que se diz vítima de perseguição por ter participado da Operação Escorpião, episódio que, de acordo com ele, culminou no assassinato do ex-presidente.

Barreiro relata sua participação na operação no documentário *Jango em três atos*, produção da TV Senado e do Instituto João Goulart. Em seu trabalho, o jornalista Deraldo Goulart aborda o governo, o exílio e a morte do ex-presidente. Ontem, na cerimônia de assinatura do convênio entre a TV e o instituto, foi exibido um compacto do documentário.

Documentário

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, elogiou a iniciativa de se trazer a público os últimos momentos de Jango. “Nosso país precisava preservar melhor a memória daqueles que fizeram a sua história. Queremos que esse passado seja escrito com tintas verdadeiras”, afirmou.

O filho de Jango e presidente do instituto, João Vicente Goulart, destacou a importância da iniciativa. “Esse é o primeiro documentário para esclarecimento da opinião pública. Sem dúvida, não será o último”, comentou.

Pedro Simon (PMDB-RS) se disse impressionado pelo relato do ex-agente uruguaio. “Por que ele mentiria?”, questionou.

Compareceram ao evento o 1º secretário da Mesa, Efraim Moraes (DEM-PB); o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; a diretora da TV Senado, Virgínia Galvez; e diversos parlamentares.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia memória de Jonas Pinheiro

Às 10h será realizada sessão especial em reverência à memória do senador Jonas Pinheiro. Às 14h terá início a sessão deliberativa. Na pauta, propostas de emenda à Constituição sobre imputabilidade penal.

Tarifa de embarque internacional em pauta na CDR

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se às 11h para discutir sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da tarifa de embarque internacional, entre outros itens.

Indicação de senadores

A partir das 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota três mensagens com indicações de diplomatas para o cargo de embaixador do Brasil. Para exercer o cargo na Arábia Saudita, Iêmen e Omã, está indicado Sérgio Luiz Canaes; para Costa do Marfim, Libéria e Serra Leoa, Maria Auxiliadora Figueiredo; e para a Eslovênia, Débora Vainer Barenboim.

Isenção de IPI para pessoas com deficiência

Quatro projetos, entre eles o que trata da isenção de imposto na compra de automóveis por pessoas com deficiência auditiva, estão na pauta da Comissão de Direitos Humanos (CDH), que se reúne às 9h.

Relatório final do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove três reuniões, às 10h, às 14h e às 18h, destinadas a discutir e votar o relatório final apresentado pelo deputado José Pimentel (PT-CE) ao projeto de lei orçamentária de 2008 (PL 30/07-CN).

CCJ discute suplência de senador

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) discute, a partir das 11h, a PEC 11/03, que disciplina a candidatura de suplente de senador e a eleição para o Senado Federal em caso de vacância.

Mercosul

O requerimento que propõe a realização de seminário sobre a integração regional pela via do Mercosul, a ser realizado em Pelotas (RS), será discutido e votado, a partir das 14h30, na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM).

Presidência

Garibaldi Alves Filho recebe hoje o ministro da Fazenda, Guido Mantega (10h30); o embaixador do Peru, Hugo de Zela Martinez (11h); o diretor da Abin, Paulo Lacerda (11h30); o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, juiz Mozart (15h); e o prefeito do Recife, João Paulo Lima e Silva (18h).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Papaléo Paes, Valter Pereira, Alvaro Dias e Mão Santa

PMDB abre mão da presidência da comissão do Congresso que investigará cartões corporativos e oposição desiste de CPI no Senado

Acordo leva Marisa Serrano a presidir CPI mista

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos vai ser finalmente instalada. O impasse entre governistas e opositores acabou depois de o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciar que o PMDB abriu mão da presidência da comissão para o PSDB, que, em seguida, indicou a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) para o cargo.

Jucá, que junto com o líder do governo na Câmara, deputado Henrique Fontana (PT-RS), comunicou o acordo ao ministro das Relações Institucionais, José Múcio, entende que a decisão foi importante para que haja apenas uma investi-



Virgílio, Jucá e Agripino em Plenário: a 40 minutos do fim do prazo, acordo saiu e oposição terá cargo no comando da CPI

gação no Congresso sobre abusos no uso de cartões corporativos por funcionários de alto escalão do Executivo, já que a oposição havia

pedido a criação de uma CPI sobre o mesmo tema no Senado.

O senador acredita que a comissão vai ajudar a criar mecanismos

para tornar esses gastos mais transparentes e evitar que eventuais desvios voltem a ocorrer. O líder do governo admitiu que também pesou na decisão a necessidade de que haja um bom ambiente político no Congresso, em que matérias relevantes como a reforma tributária sejam votadas.

– Espero que a CPI investigue tudo. O governo não teme nada. É importante que se investigue, que se criem procedimentos e novas normas para evitar exatamente a má aplicação dos recursos públicos. Essa é uma posição da base do governo e da oposição – garantiu.

Por ora, oposição não vai pedir instalação de CPI no Senado

Como parte do entendimento, em que o PMDB cedeu ao PSDB o direito de indicar o presidente da CPI, os líderes do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), e do DEM, José Agripino (RN), informaram que a oposição não vai cobrar a criação de CPI no Senado. Porém, Virgílio comunicou que a posição do partido pode mudar se a investigação não for bem feita pela CPI mista.

– Esse acordo não é uma concessão, é a reconquista de um direito que nos vinha sendo tirado desde 2005 – observou.

Antes de Marisa Serrano, Virgílio convidara o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) para presidir a CPI. Mas, para evitar novo conflito entre governo e oposição, o PSDB optou por nome do próprio partido. A essa altura, o líder do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), já havia advertido que o lançamento pelo PSDB de um membro do PMDB caracterizaria ingerência no seu partido.

– Essa foi uma idéia infeliz – comentou Raupp, para quem o PMDB agiu “em nome do entendimento”, mesmo podendo manter a presidência da CPI, como partido de maior bancada na Casa.

Segundo Raupp, o senador Neuto de Conto (SC), que havia sido indicado para o cargo, mostrou desprendimento para evitar duas CPIs sobre o mesmo tema.

Garibaldi comemora acordo e espera apuração profunda

Logo após o líder do governo, Romero Jucá, anunciar o acordo sobre a presidência da CPI dos Cartões Corporativos, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, considerou o acerto uma vitória de Jucá, “o grande articulador desse entendimento”, e de todos os senadores que trabalharam por esse desfecho.

Garibaldi também definiu o acordo como fundamental para o bom trabalho da CPI.

– Romero Jucá teve a deferência de vir até o meu gabinete comunicar o acordo. Fiquei muito feliz, porque esse entendimento era fundamental para que tivéssemos uma apuração mais profunda, mais eficiente dos fatos.

Papaléo Paes diz que crise ética deteriora credibilidade da política

A crise ética que se alastra corrói as instituições, desmoraliza os agentes públicos e liquida a credibilidade do Estado. A avaliação é do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), que alertou para o problema: por detrás dos escândalos, como a má utilização dos cartões corporativos, está em marcha um processo de deterioração política da nação.

– O que está em jogo é a credibilidade da política, a solidez das instituições, o conceito de Estado democrático de direito.

Dessa forma, disse, todos os agentes políticos, além de poste-

riormente toda a sociedade, devem ser impelidos a uma reflexão “na condução da coisa pública” para “exorcizar esse risco”:

– Corremos o risco de ver solapadas as bases sobre as quais se assenta a moderna concepção de Estado. Nada foi fácil na conquista desse Estado. Chegamos a ele com muito esforço e superando enormes obstáculos – enfatizou.

Papaléo fez referência a Mário Covas, que, na década de 90, cobrava um “choque de capitalismo”, e afirmou que hoje ele estaria conclamando por um “choque de ética”.



Para senador, bases da concepção de Estado podem ser solapadas

Virgílio e Casagrande: investigações devem seguir denúncias

Para o senador Renato Casagrande (PSB-ES), a decisão de criar apenas uma CPI, mista, preserva o Senado.

– Se tivéssemos duas CPIs, uma da oposição e outra do governo, o Congresso ficaria numa posição ridícula – argumentou.

Casagrande, que, no Conselho de Ética, dividiu com Marisa Serrano a relatoria de uma das representações contra o então presidente Renan Calheiros (PMDB-AL), destacou que a senadora é “uma pessoa muito equilibrada e com muito senso de justiça”. Ele sugeriu ainda que os trabalhos da CPI dos Cartões Corporativos se iniciem pelos relatórios que já existem e que originaram as denúncias.

De forma análoga, Arthur Virgílio entende que Marisa Serrano deve começar as investigações pelo governo Lula, período sobre o qual recaem as denúncias. O líder do PSDB afirmou que, se houver motivo para investigar o uso dos cartões no governo Fernando Henrique Cardoso, isso será feito.

– Duvido que, com a pressão da imprensa e da opinião pública, alguém se recuse a aprovar uma convocação ou até uma transferência de sigilo, seja de quem for, desde que embasadas em fatos irrefutáveis – comentou.



Senadora rechaça uso da comissão como palanque eleitoral este ano

“CPI não terminará em pizza”, afirma futura presidente

Indicada presidente da CPI dos Cartões Corporativos, a senadora Marisa Serrano admitiu que resistiu em aceitar o convite para assumir o cargo, mas, quando seu nome alcançou consenso, “não foi mais possível escolher”.

Ela afirmou que agirá com equilíbrio e garantiu que não há possibilidade de “acordão” com o governo para deixar os presidentes Lula e Fernando Henrique fora das investigações. A senadora disse que até o fim da próxima semana será definida a data para instalação da CPI, que deverá terminar seus trabalhos dentro do prazo (90 dias, prorrogável por mais 90).

Marisa Serrano disse que é preciso compromisso para chegar ao resultado que a sociedade espera.

– Espero fazer um trabalho em que todos tenham voz, em que o resultado final apareça e que todos saiam minimamente satisfeitos. Se depender de mim, a CPI não terminará em pizza – assinalou.

A senadora desmentiu a notícia de que seria candidata à prefeitura de Campo Grande, por ainda não haver decisão a respeito. Ela afirmou que a CPI não será utilizada como palanque de campanha eleitoral.

Em primeiro lugar, a senadora vai sugerir o estabelecimento de uma agenda de trabalho, mas não quis adiantar linhas de investigação antes de conversar com o relator, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ). Para ela, o mais importante é o esclarecimento dos fatos, o aumento da transparência e a seriedade no trato com o dinheiro público, para que a sociedade não seja mais surpreendida com esse tipo de problema.



Ideli: programa engloba 135 ações de desenvolvimento

Ideli elogia o Territórios da Cidadania

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) elogiou ontem o programa Territórios da Cidadania. A iniciativa, explicou, engloba 135 ações de desenvolvimento regional e de garantia de direitos sociais, com a participação de 11 ministérios, que beneficiarão neste primeiro ano cerca de mil municípios brasileiros.

Ideli criticou ainda a oposição, por haver anunciado que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal contra o lançamento do programa e elogiou o presidente Lula.



Conforme Sibá, ações devem beneficiar 2 milhões de famílias

Sibá destaca novo programa social do governo

Sibá Machado (PT-AC) elogiou ontem o programa Territórios da Cidadania, lançado pela Presidência da República na última segunda-feira e destinado a promover melhorias nas localidades com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e econômico do país.

O senador assinalou que essas ações deverão beneficiar mais de 2 milhões de famílias de pequenos agricultores, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores e comunidades tradicionais.

ONG Unitrabalho, acusada de malversação de recursos públicos, teria recebido do governo federal R\$ 18,5 milhões. Alvaro diz que convite a ex-diretor não tem conotação política

CPI das ONGs decide convocar Jorge Lorenzetti, amigo do presidente

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações Não-Governamentais (ONGs) aprovou ontem a convocação do ex-diretor da ONG Unitrabalho Jorge Lorenzetti, amigo e churrasqueiro do presidente Lula. Essa ONG teria recebido do governo federal cerca de R\$ 18,5 milhões. Lorenzetti foi acusado de estar envolvido na compra de um dossiê, mais tarde classificado de falso, para prejudicar candidatos da oposição nas últimas eleições em São Paulo.

A convocação de Jorge Lorenzetti foi aprovada por um placar apertado. Quatro senadores votaram a favor e quatro contra. Houve uma abstenção. Coube ao presidente da CPI, Raimundo Colombo (DEM-SC), desempatar

Heráclito denuncia "sabotagem" feita pelo governo e por ONGs

Os trabalhos da CPI das Organizações Não-Governamentais não decolam em virtude de uma "sabotagem" patrocinada pelos senadores da base do governo e por poderosas ONGs, denunciou ontem, antes da abertura da reunião, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI), autor do requerimento que criou a comissão.

— Esta CPI foi instalada com um grande número de assinaturas de parlamentares e não pode ficar na situação em que se encontra. Se o marasmo persistir, vou aconselhar o presidente da CPI, senador Raimundo Colombo [DEM-SC], a pedir ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, o encerramento dos trabalhos.

Instalada no dia 3 de outubro do ano passado, a CPI das ONGs já realizou 11 reuniões, contando com a de ontem. Os últimos requerimentos aprovados datam do dia 7 de novembro. Até agora, a comissão não aprovou nenhum pedido de quebra de sigilo bancário de pessoas ou entidades supostamente envolvidas em malversação de recursos. O prazo final dos trabalhos da CPI — que pode ser prorrogado por mais 120 dias — está marcado para o dia 12 de maio.



Heráclito (D) fala na reunião, ao lado de Expedito Júnior, Arthur Virgílio e José Agripino

a convocação, com o voto sim.

O autor do requerimento, Alvaro Dias (PSDB-PR), observou que a convocação de Lorenzetti "não tinha nenhuma conotação política", mas apenas técnica, uma vez que a ONG Unitrabalho recebeu vultosos recursos e foi acusada de malversação do dinheiro público. Mas adiantou que, se o depoimento de Lorenzetti não convencer, irá pedir a quebra dos seus

respectivos sigilos bancário, telefônico e fiscal.

Sibá Machado (PT-AC) criticou a convocação de Lorenzetti, afirmando que ele nunca presidiu a Unitrabalho e "jamais" teria assumido qualquer responsabilidade com a ONG. A CPI também aprovou em bloco outros

34 requerimentos convocando vários dirigentes de órgãos para depor, com destaque para o reitor da UnB, Timothy Mulholland, e do presidente da Finatec, Antônio Manoel Dias Henrique.

Os membros da CPI aprovaram ainda requerimentos que serão endereçados a várias instituições, pedindo informações sobre aplicação de recursos oriundos de repasses federais.



Marconi Perillo (D) preside reunião que aprovou recondução de Fernando Fialho à Antaq

Manutenção preventiva de galerias de águas pluviais deve ser obrigatória

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou, por unanimidade, pareceres favoráveis a sete projetos de lei do Senado (PLS), todos examinados em decisão terminativa. O PLS 506/07, de autoria do presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, determinando a manutenção preventiva nas galerias de águas pluviais. O parecer do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi favorável ao projeto com três emendas, também aprovadas.

Essa proposta altera a chamada Lei do Saneamento (Lei 11.445/07) para tornar a manutenção preventiva de bueiros e bocas-de-lobo uma obriga-

ção do prestador do serviço. A medida objetiva ajudar na prevenção das recorrentes enchentes e inundações nas grandes cidades do país. Os PLSs 731, 732, 693, 694, 695 e 696 (todos de 2007) alteram o Plano Nacional de Viação (Lei 5.917/73) e contaram com parecer favorável do relator, senador Eliseu Resende (DEM-MG).

Antaq

Em votação secreta, os senadores da Comissão de Infra-Estrutura aprovaram a recondução do engenheiro civil Fernando Antonio Brito Fialho ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Fialho obteve 18 votos favoráveis e um contrário.

Pesar pela morte do padre Simionato

Fátima Cleide (PT-RO) apresentou à Mesa do Senado requerimento de voto de pesar pelo falecimento do padre José Simionato, aos 83 anos, em Porto Velho, Rondônia.

A senadora informou que o religioso integrava a Congregação dos Padres Combonianos e era vigário da Paróquia Nossa Senhora das Graças. Conhecido como Padre Zezinho, acrescentou a senadora, o sacerdote apoiava causas sociais, principalmente os movimentos do campo.

Apelo de rondonienses a Marina Silva

Expedito Júnior (PR-RO) registrou a reivindicação de cerca de 2,5 mil famílias da região do Alto Ariqueemes, que vivem perto ou dentro de áreas de reserva ambiental. Expedito disse que o representante das famílias, prefeito de Alto Paraíso, está solicitando uma audiência com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para propor parceria em que aquelas famílias atuariam como fiscais das áreas de reserva ambiental.

Florianópolis, no Piauí, ganha diocese

Heráclito Fortes (DEM-PI) destacou ontem a criação, pelo papa Bento XVI, da Diocese de Florianópolis, no Piauí. Heráclito explicou que a nova diocese resulta de desmembramento da de Oeiras. Para dirigir a nova diocese, informou o senador, foi nomeado o bispo dom Augusto Alves da Rocha.



Para senador, medida vai ajudar escoamento da produção

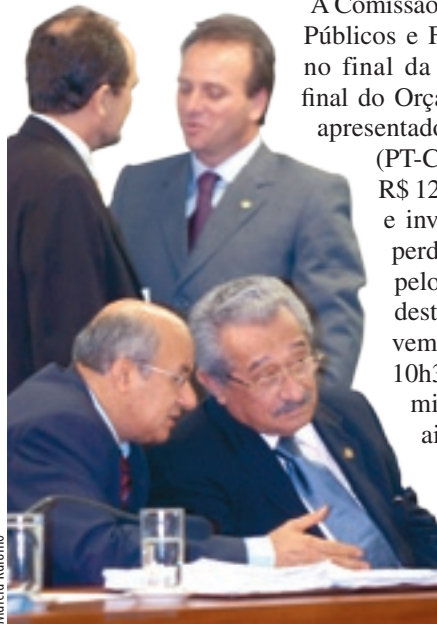
Jayme defende federalização de estradas em MT

O senador Jayme Campos (DEM-MT) comunicou o envio à Câmara dos projetos que federalizam quatro rodovias em Mato Grosso (MTs 174, 080, 242 e 251). A federalização, disse, irá minorar o “sério problema de escoamento da produção” do estado.

Jayme Campos lembrou que Mato Grosso, apesar de seu tamanho, é o estado que tem o menor número de estradas federais – apenas 24 mil quilômetros. Federalizadas, as estradas poderão receber recursos do Orçamento da União.

PSDB ameaçou obstruir a votação, mas o Anexo de Metas, polêmico, foi incluído no relatório final. Presidente da CMO, José Maranhão quer apreciar os 570 destaques e enviar projeto ao Plenário

Comissão aprova relatório e pode finalizar votação do Orçamento hoje



Pimentel e Maranhão na CMO: anexo foi mantido

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) aprovou no final da noite de ontem o relatório final do Orçamento da União para 2008, apresentado pelo relator José Pimentel (PT-CE), onde ele faz um corte de R\$ 12,4 bilhões em custeio, pessoal e investimento para compensar a perda de R\$ 39 bilhões provocada pelo fim da CPMF. Mais de 570 destaques de emendas ainda devem ser votados hoje, a partir das 10h30. Depois de aprovado na comissão, o projeto orçamentário ainda terá de ser votado pelo Plenário do Congresso, o que, na opinião do presidente da CMO, senador José Maranhão (PMDB-PB), pode acontecer ainda hoje, logo depois do fim da votação na comissão.

A votação do relatório final foi antecedida de um debate sobre o Anexo de Metas e a reação do PSDB. Membros da base governista na CMO sustentaram que não existe irregularidade no documento e que o relator geral só direcionou R\$ 534 milhões a obras e programas no Anexo porque fora autorizado pela própria CMO.

O coordenador do PP, deputado Ricardo Barros (PR), sustentou que a retirada dessa parte do texto seria reconhecer que se estava fazendo “alguma coisa irregular, o que não é verdade”. O opositor Democratas também votou pela permanência do Anexo.

O PSDB queria a retirada do Anexo, que teria recebido um “contrabando” de emendas individuais de 87 parlamentares. A votação esteve ameaçada porque o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que a manutenção das emendas levaria seu partido a obstruir a votação do Orçamento, o que dificultaria sua aprovação em Plenário.



Senador conclamou todos a reconhecerem atuação de Chávez

Inácio Arruda saúda libertação de reféns das Farc

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) registrou a libertação pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) de quatro ex-parlamentares daquele país mantidos como reféns por seis anos: Gloria Polanco de Lozada, Luis Eladio Pérez, Orlando Beltrán e Jorge Géchem.

O senador destacou o papel do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, nas negociações pela liberação de prisioneiros das Farc.

Inácio Arruda também defendeu o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Mantega entrega hoje, às 10h30, reforma tributária a Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe hoje, às 10h30, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que entregará ao Congresso a proposta de reforma tributária, anunciada como forma de racionalizar o sistema tributário nacional.

Entre as medidas do pacote, que deverá ser apresentado na forma de proposta de emenda à Constituição (PEC), destaca-se a unificação das 27 legislações existentes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em uma única lei, com cobrança no estado de destino da mercadoria. O mecanismo visa combater a chamada “guerra fiscal”.

Além disso, a proposta deve unificar o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) em um único imposto – o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Federal. O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) das empresas sobre a mesma base de tributação serão unificados.

Apesar das dificuldades que a proposta enfrentará num ano eleitoral, o ministro se declara otimista.

– Se houver disposição, conseguiremos aprovar ainda neste ano – disse Mantega.

Kátia Abreu quer garantir direitos do contribuinte

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) solicitou ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, providências para acelerar a votação do projeto de lei (PLS 646/99 – Complementar) sobre os direitos e as garantias do contribuinte. De autoria do então senador Jorge Bornhausen, a matéria está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o relator é o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Garibaldi vai pedir à CAE que envie a matéria para apreciação no Plenário.

O projeto, chamado de Código de Defesa do Contribuinte, estabelece normas sobre a relação de pessoas físicas e jurídicas com os fiscos da União, dos estados e dos municípios.



Defendida pela senadora, matéria pode sair da CAE para votação em Plenário

Oposição denuncia inconstitucionalidade de medida provisória

Durante a discussão da Medida Provisória 395/07, que abre crédito extraordinário para ministérios, senadores da oposição e até parlamentares da base do governo taxaram a medida de inconstitucional e manifestaram indignação com o fato de o Executivo estar, segundo eles, usurpando o papel legislativo do Congresso. A votação da MP foi suspensa e a oposição anunciou a apresentação de uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) por entender que abertura de crédito extraordinário não pode ser feita via medida provisória. PSDB e DEM declararam-se em obstrução. O governo defende-se dizendo que esse é “um erro que se repete há anos”.

O líder do DEM, José Agripino (RN), acusou o governo de direcionar crédito quase em sua totalidade para “custeio não previsto” da máquina pública.

Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que os congressistas encenam uma “peça de ficção” ao fingirem que são legisladores.

Alvaro Dias (PSDB-PR), Mão Santa (PMDB-PI) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) também protestaram. Por outro lado, Ideli Salvatti (PT-SC) e Tião Viana (PT-AC), que relatou a matéria, observaram que a votação de créditos suplementares por meio de MP não é prática nova.



José Nery aponta “aliança férrea” do governo com o agronegócio

Agronegócio faz a devastação, acusa José Nery

Ao comentar a operação Arco de Fogo, deflagrada pela Polícia Federal no Pará para combater madeiras ilegais, José Nery (PSOL-PA) apontou o governo federal como um dos principais responsáveis pela devastação da Floresta Amazônica.

Segundo ele, a “aliança férrea” firmada pelo governo com o agronegócio é a causa fundamental do desmatamento criminoso da região, devido ao avanço da pecuária, da soja, dos agrocombustíveis e da produção de carvão vegetal sobre as áreas florestais.



Paim espera votar logo proposta de uma política para o mínimo

Paim pede pressa na edição da MP sobre o mínimo

Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo para que o presidente Lula edite medida provisória a fim de que o novo valor do mínimo – R\$ 412,40 –, anunciado pelo governo federal, possa entrar em vigor a partir de 1º de março. O senador lamentou a não aprovação ontem do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 42/07, que estabelece diretrizes para uma política de valorização do mínimo de 2008 a 2023.

– Só nos resta agora votar [o PLC 42/07] na semana que vem e pedir uma medida provisória.



Viana: proposta visa custear ações em prol de pessoas com deficiência

Viana quer reforçar reabilitação de trabalhadores

Para fortalecer o processo de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência ou alguma incapacitação profissional, Tião Viana (PT-AC) apresentou proposição que transfere para o Ministério da Saúde os recursos oriundos das multas aplicadas às empresas que descumprirem a determinação legal de empregar pessoas com deficiência.

De acordo com o projeto (PLS 37/08), a arrecadação dessas multas vai custear as ações de habilitação e reabilitação profissional e social.



Congresso deve impor limites a lucro de bancos, diz Valadares

Valadares critica aumento de juros bancários

O aumento dos juros cobrados pelos bancos em empréstimos e financiamentos foi criticado por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador disse que a taxa média de juros sobre financiamentos já chegou a 37,3% ao ano: um aumento de 3,5 pontos percentuais em relação a dezembro de 2007.

– O Congresso deve se posicionar. O lucro dessas instituições é fantástico, se considerarmos que não são os bancos que produzem riqueza. Eles apenas lucram em cima de quem produz e de quem trabalha.

Kátia Abreu propõe debate sobre decreto que se destina a controlar o desmatamento, mas que, segundo a senadora, tem causado conflitos fundiários em 36 municípios de quatro estados

Audiência discute recadastramento de imóveis rurais na Amazônia

O trabalho de recadastramento de imóveis rurais localizados na Amazônia será discutido em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O debate foi requerido por Kátia Abreu (DEM-TO). A audiência deverá contar com a presença do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), Rolf Hachbart.

A senadora afirmou que o recadastramento está previsto no Decreto 6.231/07, que se destina a controlar o desmatamento na Amazônia. No entanto, segundo ela, em vez de oferecer proteção ambiental, o decreto está causando problemas fundiários graves em 36 municípios brasileiros, localizados nos estados de Mato Grosso, Rondônia, Pará e Amazonas.

Kátia Abreu registrou que 76% de toda a Amazônia Legal pertence à União, e, em sua opinião, o governo não tem cuidado de forma eficiente dessas áreas ao permitir a instalação de serrarias clandestinas.

A senadora também disse não concordar com a posição da ministra do



Neuto de Conto (E) preside reunião da CRA, que vai promover audiência com o presidente do Incra

Meio Ambiente, Marina Silva, que relaciona a ampliação do desmatamento com o aumento dos preços da soja e dos produtos pecuários. Para Kátia Abreu, os verdadeiros responsáveis pela destruição da Floresta Amazônica são as madeireiras e carvoarias que trabalham de forma ilegal.

Marisa Serrano (PSDB-MS) criticou a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, por ela ter, de acordo com a senadora, afirmado que o Pará precisa dos recursos provenientes das madei-

reiras, mesmo ilegais, uma vez que esses recursos representariam 7% do produto interno bruto (PIB) daquele estado. “As autoridades brasileiras não podem ser coniventes com ações ilegais e criminosas”, advertiu.

– Seria a mesma coisa que eu aceitar como passível de convivência com a sociedade brasileira a passagem de droga, de cocaína, de maconha advindas do Paraguai pelas fronteiras de Mato Grosso do Sul, só porque sou desse estado – comparou.

Marina Silva será convidada a debater zoneamento

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, será convidada a participar de audiência pública para discutir o zoneamento agrícola brasileiro e a expansão de culturas para produção de biocombustíveis. O debate ocorrerá em reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, que funciona no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O convite à ministra foi proposto pelo presidente da subcomissão, João

Tenório (PSDB-AL). Já a realização da audiência para tratar do tema foi aprovada em julho do ano passado, a requerimento do senador Sibá Machado (PT-AC).

A Subcomissão dos Biocombustíveis aprovou outros dois requerimentos de João Tenório também destinados à realização de audiências. Uma delas visa debater a pesquisa e a viabilidade de matérias-primas para a produção de etanol e combustíveis automotivos.

Marisa Serrano (PSDB-MS) sugeriu a presença, entre os convidados para a reunião, de pesquisadores representantes de universidades do país e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A outra audiência tem a finalidade de discutir aspectos da expansão da produção de álcool na visão dos produtores. As datas e os convidados para as reuniões ainda serão definidos pela subcomissão.

Valter é contra regime semi-aberto para crime hediondo

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre dispositivo da lei que trata da aplicação de penalidades aos executores de crimes hediondos foi criticada por Valter Pereira (PMDB-MS). A Lei 8.072/90 estabelecia o cumprimento integral da pena pelo criminoso. Entretanto, parte do texto da lei foi considerada inconstitucional pelo STF, que decidiu permitir a redução da pena e, inclusive, seu cumprimento em regime semi-aberto.

Para o senador, ao dar tal interpretação, o STF teria “aberto uma brecha” para livrar os criminosos do cumprimento integral das penas para crimes inafiançáveis e hediondos.

– Acontece que eles voltam para delinquir, roubar, traficar e matar – advertiu Valter, argumentando que o privilégio do regime semi-aberto não atinge satisfatoriamente o objetivo de recuperar o condenado para o convívio social.

Diante da questão, o senador decidiu apresentar proposta de emenda à Constituição (PEC) para que seja incluída a progressão de regime de cumprimento de pena no rol das proibições constan-



Valter Pereira apresenta PEC e critica entendimento do STF

tes do artigo 5º, inciso XLIII, da Constituição. Se a PEC for aprovada, assinalou Valter, os condenados por tortura, tráfico de drogas, terrorismo e crime hediondo serão obrigados a cumprir integralmente a pena.

Na justificativa da proposição, o senador argumentou que “quem comete requintes de crueldade para delinquir não pode ter o mesmo prêmio concedido àqueles que cometem transgressões menos graves”.



Osmar pede votação urgente para projeto sobre recursos para saúde

Osmar defende substitutivo sobre a Emenda 29

Osmar Dias (PDT-PR) cobrou a votação imediata da proposta que trata de percentuais a serem aplicados pela União, por estados e municípios na saúde.

O substitutivo de Augusto Botelho (PT-RR) ao projeto de lei (PLS 121/07) de Tião Viana (PT-AC) – que regulamenta a Emenda Constitucional 29 – estabelece normas de fiscalização na aplicação dos recursos na saúde e já foi aprovado pela Câmara.

– Considero a Emenda 29 muito mais importante que muitas CPIs que pretendem criar na Casa – afirmou.



Mão Santa: contribuinte paga as contas dos exageros do governo

Mão Santa volta a criticar excesso de impostos

O valor recorde da arrecadação federal em janeiro levou Mão Santa (PMDB-PI) a renovar suas críticas ao governo Lula.

O senador disse que foram recolhidos no mês passado R\$ 62,6 bilhões, o maior resultado para um mês, apesar do fim da CPMF, alardeado pelas autoridades como capaz de causar um rombo nas contas públicas.

Para Mão Santa, a carga tributária pesa sobre o contribuinte, que “paga a conta de um governo com número exagerado de ministérios, 37, e de cargos comissionados: 25 mil”.

Comissão de Justiça acolhe em decisão terminativa propostas como a que amplia direitos femininos e as que impõem maior rapidez a processos administrativos

CCJ deve decidir hoje sobre novas regras para suplente

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realiza hoje, a partir das 11h, uma reunião exclusiva para debater as sete propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam da suplência de senador. A matéria figura na pauta desde dezembro do ano passado, mas, por ser polêmica, os senadores do colegiado concordaram em reservar uma reunião específica para discutir a questão.

Na reunião de ontem da CCJ, o presidente da comissão, senador Marco Maciel (DEM-PE), distribuiu aos parlamentares um levantamento que realizou sobre o tratamento dado à questão dos suplentes de senador desde a Constituição federal de 1891, primeira do período republicano.

– Fiz um levantamento da questão, iniciando-se em 1891 até os dias de hoje, porque antes não

havia eleição. É um mero subsídio para que se possa melhor avaliar como foi tratada essa questão – explicou o presidente da CCJ.

Substitutivo

De acordo com o substitutivo apresentado às sete propostas pelo relator da matéria, senador Demostenes Torres (DEM-GO), o suplente de senador passará a ser o candidato mais votado entre os eleitos no pleito em que foi escolhido o titular.

Atualmente, cada senador é eleito com dois suplentes, sem que estes tenham recebido nenhum voto dos eleitores. Pelas regras em vigor, o suplente é convocado nos casos de vaga, de investidura do titular em funções previstas na Constituição, ou ainda no caso de licença dos titulares, desde que por um período superior a 120 dias.

Aprovado prazo para atos em processo administrativo fiscal

Os atos necessários à formalização de acórdãos, intimações e interposição de recursos no âmbito do processo administrativo fiscal federal (PAF) passarão a ter prazos determinados. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Justiça e Cidadania, ao aprovar, em decisão terminativa, projeto do senador Francisco Dornelles.

De acordo com a proposta (PLS 10/07), o conselheiro relator do processo ou o conselheiro designado para redigir o acórdão terá o prazo de até 30 dias para formalizar esse documento perante a câmara da qual faça parte no Conselho de Contribuintes ou na Câmara Superior de Recursos Fiscais. Para as decisões proferidas antes da publicação da nova lei, caso aprovada, o prazo será de 60 dias.

Outro artigo da proposta estabelece que o prazo para a interposição de recurso especial será de 15 dias, contados da intimação da decisão, para o sujeito passivo, e de 45 dias, também contados a partir da intimação da decisão, para a Fazenda Nacional.

Segundo Francisco Dornelles, a demora na tramitação do processo administrativo fiscal provoca grandes entraves e insegurança na vida dos contribuintes.

– Isso é particularmente injusto nas hipóteses em que a decisão administrativa inicial tenha sido no sentido de exonerar o contribuinte da exigência que lhe havia sido imposta, pois enquanto o processo não finda, o contribuinte não tem resolvida a pendência com o fisco – justificou Francisco Dornelles em defesa da iniciativa.

Projeto impede interpretação de lei em prejuízo da mulher

As mulheres brasileiras não poderão mais ser privadas de direitos legais por causa de má interpretação das leis que garantem direitos a todos os trabalhadores – expressão utilizada no gênero masculino, mas que engloba ambos os gêneros.

O reconhecimento dos direitos femininos está previsto em projeto de lei complementar de autoria da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 62/06-Complementar) determina que, na redação de textos

legais, “qualquer referência será entendida como abrangendo ambos os gêneros, indistintamente, salvo quando houver disposição expressa em contrário”.

Discriminação

Segundo Roseana Sarney, a proposição tem a finalidade de evitar o desrespeito a certos direitos das trabalhadoras, sob o argumento de que apenas beneficiariam trabalhadores homens, não obstante a vedação constitucional a essa discriminação.

A proposta que corrige a distorção altera a Lei Complementar 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a

consolidação das leis, com o objetivo de garantir a aplicação das normas legais contra a discriminação de gênero.

Em seu relatório favorável ao projeto, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) afirma que é comum que as mulheres trabalhadoras sejam prejudicadas pela má interpretação da lei.

– Essa é mais uma conquista importante para as mulheres. Mais um motivo para se comemorar no Dia Internacional da Mulher [celebrado em 8 de março] – afirmou Serys em defesa da proposta, que vai agora a votação no Plenário.



Presidida por Marco Maciel (E), CCJ aprovou proposta que garante cumprimento de direitos da trabalhadora

União pode deixar de recorrer de suas decisões

Projeto que proíbe à União propor ação judicial para anular ou modificar as decisões administrativas definitivas e favoráveis ao contribuinte foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa.

De autoria do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), a proposta (PLS 9/07) acrescenta parágrafo único ao artigo 45 do Decreto 70.235/72, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal.

Ao apresentar relatório favorável à aprovação da proposta, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que

não faz sentido algum a administração recorrer das decisões tomadas por ela própria.

Segundo Francisco Dornelles, o projeto de sua iniciativa é de “suma importância”.

– Inexiste justificativa para a própria administração tentar afastar a legitimidade das decisões favoráveis ao contribuinte proferidas por ela própria. É essa a opinião da grande maioria da doutrina tributária, que defende o caráter definitivo de tais atos administrativos – justificou o parlamentar.

Para evitar que atos eiva-

dos de vícios não possam ser revistos pela administração, a CCJ acolheu emenda de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que estipula prazo limite de cinco anos para a União rever ou anular decisões administrativas quando encontradas motivos para tal.

Durante a discussão, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) observou que a medida ajuda a acabar com a insegurança jurídica no país. O projeto seguirá logo ao exame da Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para votação no Plenário do Senado.

Servidor candidato pode ficar sem receber o salário

Os servidores públicos que se candidatarem a cargo eletivo poderão deixar de receber os vencimentos durante o período de afastamento obrigatório de suas funções. Proposta nesse sentido foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, ao acolher parecer favorável do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) a projeto de lei complementar de Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A iniciativa (PLS 321/06) altera a Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90), que assegura o pagamento dos salários dos servidores públicos nessa condição. A regra atual vale para funcionários da administração direta ou indireta da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e dos territórios, inclusive das fundações mantidas pelo poder público.

Diploma de Direito para concurso de oficial de Justiça

Os concursos para os cargos de oficial de Justiça poderão exigir do candidato o grau de bacharel em Direito. A determinação é prevista em projeto de lei da Câmara dos Deputados que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Justiça, elaborado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR). A proposta vai ao Plenário.

A CCJ também aprovou projeto de lei de origem do Poder Executivo que autoriza a Universidade Federal de Goiás a alienar, por meio de doação, imóveis à Universidade Federal do Tocantins (PLC 62/06).

Em seu parecer, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) explicou que os imóveis estão localizados no município de Porto Nacional e serão doados porque foi desativado o campus avançado da Universidade Federal de Goiás naquele município.

Projeto de Lúcia Vânia tem objetivo de oferecer alternativas mais baratas para os consumidores em decorrência da diminuição dos custos dos seguros

Contratação de plano de saúde com cobertura reduzida é aprovada na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável, na forma de substitutivo, a projeto de lei que permite a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas.

De autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), a proposição (PLS 277/04) tem como objetivo oferecer alternativas menos onerosas para os consumidores, em decorrência da diminuição dos custos dos planos.

O projeto tramitou em conjunto com outras três proposições que tratam igualmente de alterar a Lei dos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde (Lei 9.656/98).

O relator, senador Augusto Botelho (PT-RR), acolheu em seu substitutivo proposta que inclui os medicamentos utilizados em medicação assistida entre as coberturas obrigatórias de planos e seguros privados. Foi também acatada no texto elaborado por Augusto a proposta de oferta de

regime familiar de cobertura para permitir a inclusão de membros das famílias dos contratados, desde que o ônus seja do titular do plano.

O substitutivo – que segue agora para análise, em decisão terminativa, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) – engloba pontos de quatro projetos – o PLS 44/04, de Tião Viana (PT-AC); o PLS 187/02, de autoria do então senador Sebastião Rocha; o PLS 113/06, de Arthur

Virgílio (PSDB-AM), além do projeto de Lúcia Vânia.

Empréstimos

A CAS também examinou projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que limita a 20% da remuneração, ou do benefício, o desconto do pagamento de valores referentes a empréstimos consignados, no caso de o titular ter mais de 60 anos de idade e perceber até três salários mínimos.

O relator do projeto, senador Gim Argello (PTB-DF), retirou seu parecer da pauta da comissão a fim de incluir sugestão de Flávio Arns (PT-PR) para limitar os juros desses empréstimos a duas vezes o rendimento da caderneta de poupança.

Para Arns, essas taxas de juros dos empréstimos, embora mais baixas que as do mercado, ainda assim são muito altas, representando uma “agiotagem autorizada pelo Executivo, uma vez que o risco dos bancos e financeiras é zero”.



Rosalba Ciarlini presidiu reunião da CAS que acolheu projeto de Lúcia Vânia (foto menor)



José Cruz

José Cruz



Mesa diretora decidiu criar comissão para reformar Regimento Interno

Senado pode apresentar queixa-crime contra Buratti

A Comissão Diretora decidiu pedir, por meio da Advocacia Geral do Senado, informações sobre a retratação que o empresário Rogério Buratti registrou em cartório de São Paulo, retirando acusações feitas ao ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, em depoimento prestado em 2005 à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos. Se confirmada a retratação, o 1º secretário, Efraim Moraes (DEM-PB), anunciou que ajuizará notícia-crime contra o empresário.

– Buratti veio a uma CPI e falou sob juramento e agora nega tudo. Imagina se isso vira rotina nesta Casa ou em algum tribunal, qualquer

testemunha vai depor e dizer depois que estava brincando. Imagina o Duda Mendonça dizer que as declarações que fez aqui eram só marketing – observou Efraim.

Na reunião, a Mesa decidiu ainda criar comissão temporária para modernizar o Regimento Interno do Senado. Segundo Efraim, a idéia é simplificar as normas e tornar mais rápido o processo legislativo.

O colegiado, disse o 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), entende que o regimento está ultrapassado e não vem sendo cumprido. Para ele, o regimento apresenta inclusive inconstitucionalidades.

Índio defende reserva de vagas em concursos públicos

A reserva de vagas para trabalhadores indígenas em concursos públicos, prevista em projeto (PLS 155/00) do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), foi defendida pelo representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab), Gersen José dos Santos Baniua, em reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Baniua disse que cerca de 5 mil índios estão se formando em universidades, graças à política de cotas.

– Esses jovens podem contribuir na relação com o Estado, para garantir nossa pluralidade étnica e defender a cultura indígena – argumentou Baniua.

Fátima Cleide (PT-RO) defendeu as cotas e pediu a continuidade do debate sobre as necessidades das culturas indígenas.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) ressaltou a falta de conhecimento dos problemas indígenas pela sociedade. Esse desconhecimento também foi observado por Romeu Tuma (PTB-SP).



Na CE, Deborah Duprat, Carlos de Oliveira, Zambiasi, Susana Grillo e Gersen

Duas audiências para discutir atendimento à saúde mental e DPVAT

Foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais requerimento de Flávio Arns (PT-PR) para a realização de audiência pública destinada a debater a cobertura de atendimento à saúde mental pelos planos de saúde. Segundo o senador, é uma premência da atualidade que o setor de saúde suplementar incorpore, de maneira mais global, o atendimento aos doentes mentais.

A requerimento das senadoras Patrícia Saboya (PDT-CE) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), a CAS acolheu a realização de audiência pública para avaliar o impacto social do aumento dos valores do seguro obrigatório (DPVAT) incidente sobre as motocicletas.

A comissão aprovou ainda petição da Câmara dos Deputados para encaminhamento do Programa de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência, para análise, ao Senado.



Marcelo Bechara (E), Jarbas José Valente, Renato Casagrande, Ercio Zilli e Aristóteles dos Santos

Anatel sugere redução do Fistel para baixar o preço do celular pré-pago

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deverá encaminhar ao governo proposta para redução de taxas pagas pelas operadoras de telefonia móvel ao fundo Fistel, condicionada à redução do preço cobrado pelo uso de celular pré-pago. A informação foi prestada ontem pelo superintendente de Serviços Privados da Anatel, Jarbas José Valente, em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). No debate, a questão do preço cobrado foi apontada como principal responsável pelo reduzido número de

chamadas feitas pelos assinantes dessa modalidade de telefonia móvel.

Conforme Marcelo Bechara, consultor do Ministério das Comunicações, o tempo de utilização do serviço por usuário no Brasil está muito abaixo da média mundial. Para Ercio Zilli, presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel), essa circunstância aumenta o risco das empresas, elevando os preços cobrados pelo serviço. Na opinião de Renato Casagrande (PSB-ES), a baixa utilização do pré-pago não justificaria a grande diferença de preço.

Leopoldo Silva

Jane Araújo

Leopoldo Silva